

RELATÓRIO E CONTAS 2013



Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Capital Social €2.566.800,00

N.º único de Matrícula e de Pessoa Coletiva 501 965 963

Av. de Berna, 10, 2º - 1050-040 LISBOA

geral@futuro-sa.pt

www.futuro-sa.pt

Grafismo, produção e coordenação: Futuro, S.A.

Digitalização: Litografia Amorim, Artes Gráficas & Design, Lda.

Dep. Legal nº 101 203/96

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa representada por:
Pedro Santana Lopes

Vice-Presidente

António Pedro de Sá Alves Sameiro

Secretário

Rosária de Fátima Miranda de Abreu

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Montepio Geral - Associação Mutualista representada por:
Álvaro Cordeiro Dâmaso

Administrador Executivo

José Luís Esparteiro da Silva Leitão

Vogal

Caixa Económica Montepio Geral representada por:
José Carlos Sequeira Mateus
Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro
José António Fonseca Gonçalves

Vogal

Fundação Oriente representada por:
Mário José Brandão Ferreira

Vogal

Navegação Aérea de Portugal, NAV PORTUGAL, E.P.E. representada por:
Luís Miguel Marques Ferreira Cardoso

CONSELHO FISCAL

Fiscal Único

KPMG & Associados - SROC, S.A. representada por:
Ana Cristina Soares Valente Dourado

Suplente

Fernando Gustavo Duarte Antunes

DIREÇÃO

Mário Jorge Tavares Costa
Fernanda de Guadalupe Lola Gato
Luís Alberto Matos de Oliveira
Maria Alice Silva de Medeiros Lima Pinto

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	6
SUMÁRIO EXECUTIVO	7
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	8
Mercados Financeiros	12
Mercado Monetário e Dívida Pública	15
Dívida Privada, Ações, Câmbios e Mercadorias	16
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	18
Iniciativas Comerciais	19
Responsabilidade Social	21
Meios Humanos e Materiais	21
Sistema de Gestão da Qualidade	23
Sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno	23
RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	25
NOTA FINAL	25
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	36
4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	70
5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	74
6. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	78

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Futuro completou 25 anos de atividade em janeiro de 2013. Ao longo do ano, este aniversário constituiu nota dominante na comunicação para o exterior e motivou uma renovação da imagem e da assinatura da empresa, procurando-se assumir uma marca de relação, assente em valores como a confiança e idoneidade.

No final do ano, a Futuro passou a integrar a *holding* designada por “Montepio Seguros SGPS”. A constituição desta *holding* teve em vista concretizar uma apropriada reestruturação financeira do setor segurador do Grupo Montepio, com o escopo exclusivo de otimizar a estrutura de ativos e capital e reforçar sinergias e complementaridades nessa área de negócios. A “Montepio Seguros SGPS” aglutinou – por permuta total com ações representativas do seu capital – a titularidade das diversas participações do Grupo Montepio na área de Seguros e Fundos de Pensões. Nesse sentido a constituição da “Montepio Seguros” configura uma operação integralmente realizada na esfera jurídica e corporativa do Grupo Montepio, com vantagens para todas as unidades empresariais integradas.

A nível macroeconómico, assinala-se que a economia mundial abrandou novamente em 2013, com as economias asiáticas a perderem ímpeto e a acusarem fortes pressões inflacionistas. A Zona Euro regressou ao crescimento a partir do 2º trimestre, muito embora, em termos anuais, a estimativa aponte para que a atividade se tenha ainda reduzido 0,4%. Os EUA encerraram o ano com um crescimento médio anual estimado de 1,9%.

Os mercados acionistas beneficiaram com a melhoria das perspetivas para as economias desenvolvidas ao longo do ano e sobretudo com a recuperação económica dos EUA. Assim, os índices norte-americanos sofreram fortes valorizações ao longo do ano, atingindo sucessivos máximos históricos, com o *S&P 500* a valorizar-se 29,6% e o *NASDAQ* 38,32%. Os índices das principais praças europeias também registaram boas valorizações, com o *Eurostoxx50* a valorizar 17,95% e o *PSI20* a valorizar 15,98%.

Em Portugal, a crise política surgida no Verão afetou temporariamente o nível de juros da Dívida Pública mas, com o entendimento dos partidos no Governo, a situação foi ultrapassada. A economia nacional regressou ao crescimento nos segundo e terceiro trimestres e o período de estabilidade após o Verão contribuiu para a redução do nível das taxas de juro e do spread

face às taxas alemãs o que, associado à boa evolução dos mercados acionistas, permitiu à Futuro alcançar o final do ano com um crescimento favorável dos ativos sob gestão e com rendibilidades anuais que se situaram, em termos médios, acima de 5,5%.

A Futuro terminou o ano com o resultado líquido de €2.800.162 (rendibilidade do capital próprio de 35,5%), ativos em gestão de €1.166M – o que evidencia um crescimento anual de 2,75% – e uma quota de mercado de 7,8%.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A conjuntura macroeconómica em 2013 caracterizou-se por um ligeiro abrandamento da economia mundial, que é já o 3º consecutivo, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) a estimar uma expansão de apenas 3,0%, depois de uns meros 3,1% em 2012. Este fraco crescimento dos dois últimos anos (+4,5% em 2010/2011) foi provocado pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas, pelo impasse na resolução da crise da dívida soberana na Zona Euro, pela incerteza em relação às negociações no Congresso americano para os limites ao endividamento do Estado e, em 2013, também por fatores específicos a algumas das principais economias emergentes, que as levaram a abrandar.

Algumas das principais economias emergentes (v.g. Índia, Brasil e Rússia) viram ainda associar-se ao fraco desempenho económico, elevadas pressões inflacionistas, levando os respetivos bancos centrais a terem que subir taxas (Índia e Brasil) ou adiar a descida.

O FMI estima que após vários anos de extrema fraqueza, as economias desenvolvidas devam finalmente ter atingido um ponto de viragem, contribuindo para a projetada aceleração no crescimento global de 3,0% em 2013 para 3,7% este ano e 3,9% em 2015. A maioria da aceleração – embora não do crescimento – deverá ser proveniente dos países desenvolvidos, na medida em que se dissipam os efeitos enunciados acima. O crescimento nos países desenvolvidos deverá passar de apenas 1,3% em 2013 para 2,2% em 2014 e 2,3% para 2015. Esta aceleração marca uma mudança significativa dos anos entre a Grande Recessão e 2013, quando os países em desenvolvimento puxaram pela economia global. Além de fornecer uma base direta para o crescimento global, o

fortalecimento da procura nos países desenvolvidos suportará as exportações dos países em desenvolvimento. Estes efeitos deverão ajudar a compensar o inevitável aperto das condições financeiras globais que irá surgir com a gradual normalização da política monetária nos países desenvolvidos.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

O último trimestre de 2012 foi desapontante, com o PIB praticamente a estagnar, refletindo o impacto da intensificação da recessão na Zona Euro e alguns eventos pontuais, quer de origem natural (furacão *Sandy*), quer de origem política (impasse relativamente a um acordo no Congresso para evitar subidas automáticas nos impostos e cortes automáticos na despesa no início de 2013). O acordo foi conseguido apenas no último dia de 2012, traduzindo-se num aperto orçamental para 2013 moderado (baseado num aumento de impostos e no fim de alguns benefícios fiscais, e a partir do 2º trimestre também em cortes na despesa pública), com a política orçamental a permanecer acomodática.

Neste contexto, o PIB cresceu no 1º semestre a um ritmo anualizado de apenas 1,8%, ficando aquém do potencial (+2,4%, de acordo com a Reserva Federal - *Fed*) e do crescimento médio de 2,4% observado desde o fim da Grande Recessão de 2008/09.

Já no 2º semestre, e à medida que o impacto do aperto orçamental se diluiu, assistiu-se a uma significativa aceleração, com a economia a crescer a um ritmo na ordem dos 3,6%.

Na globalidade, o crescimento médio anual foi de 1,9% em 2013, em abrandamento face a 2012 (+2,8%), mas bem melhor do que a contração registada na Zona Euro. Uma das razões para a maior resiliência da economia num contexto internacional adverso prende-se com o recrudescimento da atividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das ações; fatores que juntamente com a redução do desemprego e o abrandamento da inflação conduziram a confiança dos consumidores a atingir, entre o 2º e o 3º trimestre, em máximos desde finais de 2007. No início do outono, a confiança foi condicionada pela incerteza relativamente à entrada do orçamento federal de 2013/14 e à possibilidade do país atingir o nível de endividamento máximo legal (as negociações entre Democratas e Republicanos acabaram por se alastrar até 16 de outubro, pelo que desde o início do mês até essa data parte dos serviços públicos federais estiveram encerrados).

ZONA EURO

A economia iniciou o ano em contração, com o PIB a cair 0,2% em cadeia no 1º trimestre, dando continuidade à recessão em que se encontrava desde o final de 2011. Uma recessão que foi, essencialmente, o resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, na sequência da crise da dívida soberana na região, observando-se profundas assimetrias entre o centro (equilibrado) e a periferia (desequilibrada).

A economia conseguiu regressar aos crescimentos no 2º trimestre, com o PIB a expandir 0,3% em cadeia, mantendo-se em crescimento até final do ano, mas a ritmos bastante moderados (+0,1% no 3º trimestre e +0,3% no 4º trimestre), não conseguindo evitar uma queda anual de 0,4%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, que continuou a ser coartada pelas medidas de consolidação adotadas e pelas fracas expectativas dos empresários.

Apesar de em desagravamento (o PIB contraiu -0,7% em 2012), tratou-se da segunda queda anual consecutiva da atividade, depois de dois anos de crescimento (+1,6% em 2011) que não haviam ainda permitido recuperar totalmente da contração sofrida aquando da recessão anterior (-4,4% em 2009), com a atividade na região a terminar o ano de 2013 a uma distância considerável (2,7%) dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09.

Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)

	2013						2014				2015			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	-1.4	-1.5	-1.8	-0.4	-0.4	-0.4	0.8	0.8	1.1	1.1	1.3	1.5	1.5	1.7
Consumo Privado	-	-2.0	-2.5	-	-0.6	-0.7	0.3	0.1	0.7	0.6	0.7	0.7	1.2	1.3
Consumo Público	-	-1.5	-4.0	-	0.1	0.0	-2.3	-2.8	0.3	0.3	-0.5	-2.2	0.4	0.7
Investimento (FBCF)	-	-8.4	-8.5	-	-3.0	-3.4	1.0	1.2	1.6	1.9	3.7	3.7	2.8	3.6
Exportações	-	5.9	5.8	-	1.1	1.3	5.5	5.0	3.7	4.2	5.4	5.3	4.8	5.6
Importações	-	2.7	0.8	-	-0.1	-0.2	3.9	2.5	3.5	3.9	4.5	3.7	4.7	5.7
Inflação	0.6	0.5	0.6	1.4	1.4	1.5	0.8	1.0	1.1	1.4	1.2	1.2	1.3	1.4
Taxa de Desemprego	16.3	-	17.4	12.1	12.1	12.2	-	17.7	-	12.2	-	17.3	-	11.9

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 30 de dezembro de 2013; Comissão Europeia (CE), 5 de novembro de 2013 e Banco Central Europeu (BCE), 5 de dezembro de 2013.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2013; a inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

PORTUGAL

O país prosseguiu em 2013 com a implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) acordado com a *troika* do BCE, FMI e Comissão Europeia (CE), que implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas de consolidação orçamental no Orçamento de Estado (OE) para 2013, que representaram um enorme agravamento da carga fiscal (designadamente em sede de IRS); ao qual se juntaram, num orçamento retificativo, cortes na despesa e medidas da reforma do Estado com que o Governo se tinha comprometido com a *troika* e que incidem sobretudo sobre os funcionários públicos e os pensionistas.

A economia iniciou o ano dando continuidade à recessão que se arrastava desde o final de 2010, com o PIB a contrair 0,3% em cadeia no 1º trimestre, para níveis mínimos desde o 2º trimestre de 2000, mas regressando aos crescimentos no 2º trimestre, e logo com um forte crescimento de 1,1% (que fora o maior desde o registado no 1º trimestre de 2007, de +1,5%), um crescimento que foi confirmado no 3º trimestre (+0,3%) e que veio pôr termo a uma recessão que durou 10 trimestres.

O anúncio, em meados de outubro, de um incremento na austeridade no âmbito da Proposta de OE 2014 terá condicionado a economia no derradeiro trimestre do ano, mas, ainda assim, terá conseguido acelerar o crescimento em cadeia (+0,5%), com o regresso das exportações líquidas aos contributos positivos a juntar-se ao crescimento da procura interna.

De um modo geral, as diversas organizações internacionais perspetivam um regresso aos crescimentos anuais em 2014, com o impacto das novas medidas de consolidação orçamental a dever ser contrariado pela aceleração da procura externa ao longo do ano. Isto depois de o PIB dever ter registado em 2013 uma queda anual de 1,4%, menos de metade da observada em 2012 (-3,2%), mas a 3ª consecutiva e para níveis mínimos desde 2000, com a atividade a ser amparada pelas exportações líquidas – a melhor vertente do ajustamento económico em curso –, mas fortemente penalizada pela procura interna (essencialmente ao nível do investimento, mas também do consumo privado e consumo público), que continuou a ser coartada pelas medidas de austeridade em curso no país.

Relativamente ao ajustamento orçamental, os dados da contabilidade pública (ótica de caixa) já disponíveis para o total do ano (na ótica da contabilidade nacional, ainda não são conhecidos os dados referentes ao 4º trimestre) revelaram que o défice se fixou em 7 152 milhões de euros (M€),

um valor 1 749 M€ abaixo do limite estabelecido no PAEF. O défice orçamental terá ficado entre 4,6% e 4,7% do PIB ou entre 5,0% e 5,1%, contando com a capitalização do Banif, em qualquer um dos casos abaixo da meta de 5,5% definida e que compara com os 5,9% admitidos pelo Governo em outubro, aquando da apresentação do OE 2014. Trata-se, assim, de uma surpresa francamente positiva, que beneficiou: *i*) do impacto sobre a despesa e a receita do comportamento da economia melhor do que o esperado; *ii*) do perdão fiscal que permitiu recolher 1 253 M€; *iii*) dos ganhos de eficiência resultantes da nova estratégia de combate à fraude, evasão fiscal e à economia paralela.

Relativamente ao PAEF, aquando da divulgação dos resultados da 10ª avaliação à execução do programa, a *troika* veio defender que este continua globalmente a ser executado em linha com o previsto, classificando os resultados até então obtidos como positivos, com as entidades a reconhecerem sinais adicionais de recuperação económica, sublinhando ainda que o sentimento dos mercados relativamente à dívida soberana portuguesa tem vindo a melhorar e argumentando que isso foi evidenciado pela procura robusta que gerou a operação de troca de dívida realizada no início de dezembro para reduzir as necessidades de financiamento para 2014. Note-se que, já em janeiro de 2014, observou-se uma forte procura numa emissão sindicada a 5 anos e numa emissão de dívida de curto-prazo, sendo que em fevereiro observou-se uma forte procura numa emissão a 10 anos.

MERCADOS FINANCEIROS

O sentimento dos investidores melhorou muito em 2013 nas economias avançadas, beneficiando sobretudo da postura expansionista dos principais bancos centrais e da continuação do aumento paulatino do otimismo em relação à resolução da crise do euro. Todavia, o sentimento nas economias emergentes ressentiu-se das dificuldades enfrentadas em algumas economias, os BRIC em particular.

Em relação às expectativas face às taxas de juro, os principais bancos centrais continuaram em destaque. A possibilidade de a *Fed* dar início à retirada dos estímulos à economia tornou-se o tema central, quando a decisão de dezembro de 2012 de tornar a política mais expansionista ainda estava fresca. A *Fed* acabou por ser mais branda do que os mercados chegaram a esperar, tendo,

de facto, começado a retirar os estímulos apenas na reunião de dezembro. Igualmente a apoiar a economia esteve a conduta do BCE, que cortou a taxa de referência num total de 0,5 p.p. (divididos entre maio e novembro), para 0,25%, comprometendo-se em manter as taxas reduzidas durante um período prolongado de tempo e abordando a possibilidade de tomar medidas adicionais (como uma taxa de depósitos negativa), as quais, todavia, não chegou a pôr em prática. Mas o banco central cuja ação teve maiores efeitos foi, sem dúvida, o Banco do Japão (*BoJ*), que em janeiro assumiu o importante compromisso de pôr termo a duas décadas de deflação, aumentando o seu objetivo de inflação de 1% para 2% e anunciando novos estímulos monetários, e que na reunião de abril veio comprometer-se em aumentar o seu balanço e a base monetária – que passou a ser o grande instrumento da sua política – de uma forma substancial.

No que diz respeito às perspetivas para a economia global, registou-se uma evolução globalmente positiva, sobretudo no que diz respeito às perspetivas a médio-prazo – e muito influenciadas pela ação dos bancos centrais e pelas melhorias ao nível da crise do euro –, uma vez que as nossas próprias estimativas para o crescimento do PIB em 2013 nas principais economias pioraram, especialmente nas economias emergentes, ainda que com as exceções destacadas do Japão e do Reino Unido.

Nos **EUA**, as perspetivas melhoraram em parte devido à manutenção dos estímulos da *Fed* e em parte aos progressos ao nível do consenso entre os dois partidos em relação ao ajustamento orçamental e à gestão da dívida, apesar dos percalços ao longo do ano.

Na **Zona Euro**, apesar de ter ficado aquém do esperado, o comportamento do PIB não deixou de confirmar o regresso aos crescimentos (no 2º trimestre), a que se juntaram, em termos de perspetivas mais alargadas, as descidas de taxas pelo BCE e a evolução positiva da crise do euro.

Na **China**, o abrandamento inesperado da economia na 1ª metade do ano criou pânico entre os investidores, que receiam o fim do ciclo de fortes crescimentos registado nas últimas décadas. Esse efeito foi estancado pelo “mini” plano de estímulo lançado pelo Governo em julho, que devolveu algum ímpeto à economia na 2ª metade do ano, e pelo comprometimento do novo Governo com as reformas estruturais, que fez crer num novo modelo de crescimento no longo-prazo. No Japão, as perspetivas registaram uma ampla melhoria, em resultado dos esforços coordenados do *BoJ* e do Governo, levando o PIB em 2013 a crescer mais do dobro do que se perspetivava no início do ano e trazendo fortes perspetivas para os próximos anos. Destaque também pela positiva o Reino Unido, onde o PIB ressuscitou a partir do 2º trimestre, registando crescimentos muito fortes a partir desse

trimestre. Pela negativa, tiveram destaque os BRIC, não só a China, mas também o Brasil, a Índia e a Rússia, refletindo a fraqueza da procura externa, mas também deficiências específicas de cada país.

O esbatimento progressivo da crise do euro foi talvez a principal boa notícia de 2013, com a pressão dos mercados a abater paulatinamente ao longo do ano, perante o sentimento de que o pior já passou, alimentado pelo comprometimento dos países do euro em segurar a moeda única, com os investidores a colocar praticamente de lado um cenário de saída de alguns países do euro. Relevante foi o facto de se ter tratado de um ano com menos desenvolvimentos a nível comunitário, refletindo, por um lado, a ausência de crises de monta que impedissem o cumprimento dos objetivos orçamentais dos países (e alguma, se bem que limitada, maior flexibilidade das instituições do euro com as metas orçamentais) e, por outro lado, a incerteza política na Alemanha, que só terminou perto do final do ano com a formação do Governo de coligação de bloco central. Ainda assim, a tempo de tornar possível a decisão mais relevante de 2013 a nível comunitário: o Mecanismo Único de Resolução bancária, que permitirá – se aprovado pelo Parlamento Europeu – concluir a formação de uma União Bancária, crucial para integrar o sistema bancário europeu e cortar a ligação entre os soberanos e os bancos, que esteve por detrás do impacto sobre o sistema financeiro da crise do euro. Note-se que, no início do ano, a pressão dos países core levava as autoridades europeias a decidir inicialmente taxar todos os depósitos no Chipre, o que alarmou os investidores.

Entre os países periféricos, ao nível do ajustamento orçamental, as execuções continuaram difíceis, perante a dureza das metas impostas, mas relativamente próximas dos objetivos traçados. A nível político, a Grécia beneficiou de estabilidade, embora Portugal e Itália tenham vivido alguma instabilidade. A nível económico começaram a vir sinais de uma inversão de ciclo.

MERCADO MONETÁRIO E DÍVIDA PÚBLICA

Bancos Centrais e Mercado Monetário				
31 Dez 13	Valor (%)	Variação (p.b.)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
Refi Rate	0.25	-25	-25	-50
Euribor 3M	0.287	6	7	10
Euribor 6M	0.389	5	5	7
Euribor 12M	0.556	2	3	1
Fed Funds	0.25	0	0	0
Libor USD 3M	0.246	0	-3	-6
Libor USD 6M	0.348	-2	-7	-16
Libor USD 12M	0.583	-5	-10	-26
Dívida Pública Alemã e Americana				
31 Dez 13	Valor (%)	Variação (p.b.)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
Bunds 2Y	0.213	5	3	23
Bunds 10Y	1.929	15	20	61
Treasuries 2Y	0.380	6	2	13
Treasuries 10Y	3.028	42	54	127

Spreads face ao Bund

31 Dez 13	Valor (p.b.)	Variação (p.b.)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
10Y				
Grécia	649	-106	-276	-410
Irlanda	177	-58	-68	-189
Portugal	420	-70	-52	-150
Espanha	222	-30	-82	-173
Itália	220	-46	-62	-99
2Y				
Grécia	622	-172	-243	-409
Irlanda	74	-75	-103	-146
Portugal	311	-192	-17	-60
Espanha	129	-5	-79	-172
Itália	104	-68	-70	-96

Nota: o spread da Grécia face ao Bund é calculado através do Bloomberg Fair Value, dada a inexistência de uma obrigação a 2 anos no mercado.

DÍVIDA PRIVADA, AÇÕES, CÂMBIOS E MERCADORIAS

Mercado Acionista					
Índices de Ações	31-Dez-13	%			
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12	
EUA	Dow. Jones Ind.	16,576.7	9.56	11.18	26.50
	S&P 500	1,848.4	9.92	15.07	29.60
	Nasdaq	4,176.6	10.74	22.72	38.32
Europa	Eurostoxx 50	3,109.0	7.46	19.46	17.95
	FTSE 100 (R. Unido)	6,749.1	4.44	8.59	14.43
	PSI-20 (Portugal)	6,558.9	10.17	18.03	15.98
	CAC 40 (França)	4,296.0	3.68	14.90	17.99
	DAX (Alemanha)	9,552.2	11.14	20.01	25.48
	IBEX (Espanha)	9,916.7	7.95	27.75	21.42
	FTSE MIB (Itália)	18,967.7	8.79	24.47	16.56
	WSE WIG20 (Polónia)	2,401.0	0.40	6.92	-7.05
	Prague PX (R. Checa)	989.0	3.28	12.61	-4.78
	BUX (Hungria)	18,564.1	-0.53	-2.42	2.15
	SKSM (Eslováquia)	197.8	0.67	2.05	2.89
	RTSI (Rússia)	1,442.7	1.42	13.12	-5.52
Ásia	Nikkei 225 (Japão)	16,291.3	12.70	19.11	56.72
	Hang Seng (Hong-Kong)	23,306.4	1.95	12.03	2.87
	Shangai Comp. (China)	2,116.0	-2.70	6.91	-6.75
	Sensex 30 (Índia)	21,170.7	9.24	9.15	8.98
A. Latina	Ibovespa (Brasil)	51,507.2	-1.59	8.53	-15.50
	Mexbol (México)	42,727.1	6.33	5.18	-2.24

Mercado Cambial

31 Dez 13	Valor	Variação (%)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
EUR/USD	1.38	1.9%	6.0%	4.5%
EUR/GBP	0.83	-0.5%	-2.8%	2.4%
EUR/YEN	145.14	9.2%	12.4%	27.0%
<i>Euro Efetiva</i>	104.06	1.8%	2.4%	4.9%
Dollar Index	80.04	-0.2%	-3.7%	0.3%

Mercado das Commodities

31 Dez 13	Valor	Variação (%)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
<i>CRB Index</i>	280.2	-1.9%	1.7%	-5.0%
<i>GSCI S&P</i>	632.3	0.0%	3.4%	-2.2%
Agrícolas	351.6	-5.7%	-8.6%	-22.1%
Energia	338.1	1.3%	5.8%	4.0%
Gado	319.8	0.9%	2.4%	1.8%
Metais de Base	349.8	0.7%	6.4%	-9.3%
Metais Preciosos	1,614.5	-9.6%	-1.6%	-29.3%

Dívida Privada

31 Dez 13	Valor (pb)	Variação (pb)		
		30 Set 13	30 Jun 13	31 Dez 12
Índices de CDS 5Y				
<i>Itraxx</i>	70,2	-34	-55	-50
<i>Itraxx Financials</i>	87.2	-60	-88	-58
<i>Itraxx Cross Over</i>	286.2	-122	-207	-224

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

2013 foi o ano de celebração do 25º Aniversário da Futuro, evento que constituiu o fio condutor na comunicação com os clientes ao longo do ano.

A Futuro assinalou o aniversário com uma remodelação da sua imagem e da sua assinatura. Pretendeu-se associar a nova imagem a uma marca geradora de confiança e sinónimo de idoneidade e segurança.

A nova imagem foi adotada em abril, tendo sido conjugada com o lançamento da Campanha comercial do segundo trimestre destinada a clientes particulares.

No que se refere às condições dos mercados financeiros, no cômputo geral revelaram-se favoráveis à atividade da Futuro, permitindo alcançar rendibilidades que, em termos médios, se situaram acima de 5,5%.

A Futuro iniciou também o ano com a gestão de mais um fundo fechado e de um novo fundo aberto, ambos transferidos de uma seguradora do mercado, com um total de €3,8 M. No final do primeiro trimestre ocorreu a extinção do Fundo IFADAP, com a transferência dos respetivos ativos para a esfera da Caixa Geral de Aposentações, num total de €48,1 M. Em contrapartida, no final do terceiro trimestre foram lançados dois novos fundos PPR, para comercialização pelo Banco BIG, e que até ao final do ano angariaram contribuições no montante de €7,3 M. Junto ao final do ano, a Futuro passou a contar na sua gestão com os Planos de Pensões do Grupo Vista Alegre, num total de €3,6 M.

As boas rendibilidades obtidas ao longo do ano e o acréscimo de novos fundos e de novas contribuições permitiram um crescimento do total de ativos em gestão de 2,75% e situar a quota de mercado da Futuro em 7,8%, terminando-se o ano com um volume total de ativos sob gestão de €1.166M.

Em conjunto com a Direção e rede de Empresas do Montepio, deu-se continuidade à atuação no segmento institucional, em resultado da qual surgiu a transferência dos planos do Grupo Vista Alegre, conforme atrás referido.

Destacam-se em seguida as principais iniciativas comerciais desenvolvidas em 2013:

INICIATIVAS COMERCIAIS

Logo antigo:



Logo novo:



Em abril adotou-se oficialmente a nova imagem e nova assinatura da Futuro, tendo-se produzido uma Medalha Comemorativa, para distribuição aos principais contactos institucionais. A nova imagem, bem como as peças publicitárias associadas ao seu lançamento, foram concebidas pela agência JWT.



No Verão, a Futuro lançou a Campanha “Dar ou Receber”, a que associou a oferta de uma noite num Hotel Vila Galé e um Voucher com o valor de 1% do investimento, para utilização numa nova subscrição até ao final do ano, em nome do próprio Participante ou de qualquer outra pessoa a quem o mesmo fosse endossado.



No primeiro trimestre do ano, levou-se a cabo a realização da Campanha de Subscrições Periódicas, utilizando-se na sua promoção a Folha Informativa “Investimentos com Futuro – janeiro” e comunicação em meios baseados na Internet.



Na mesma ocasião, lançou-se a segunda Campanha destinada ao mercado de Particulares sob o lema “Há 25 anos tivemos um sonho: tornar o seu futuro um lugar melhor.” A Futuro acordou com a cadeia de Hotéis Vila Galé um pacote especial para estadia dos clientes em Hotéis do Algarve.

A Campanha fez-se acompanhar de um spot de rádio, bem como de publicidade em imprensa.



Em outubro lançou-se a Campanha de final de ano, facultando-se aos clientes a redução temporária do valor mínimo de subscrição para €250 e ofereceu-se a possibilidade de beneficiar de um crédito adicional de 1% sobre o valor subscrito numa subscrição seguinte.

Por se tratar da Campanha de Final de ano, foi também utilizado um Spot de Rádio.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

No âmbito da sua política de responsabilidade social, a Futuro distribuiu em 2013 donativos a instituições que atuam na esfera social e educativa, num total de €10.500.

Foram contempladas as seguintes instituições: Aprender em Parceria A PAR, Associação de Lares Familiares para Crianças e Jovens Novo Futuro e Associação Alzheimer Portugal.

MEIOS HUMANOS E MATERIAIS

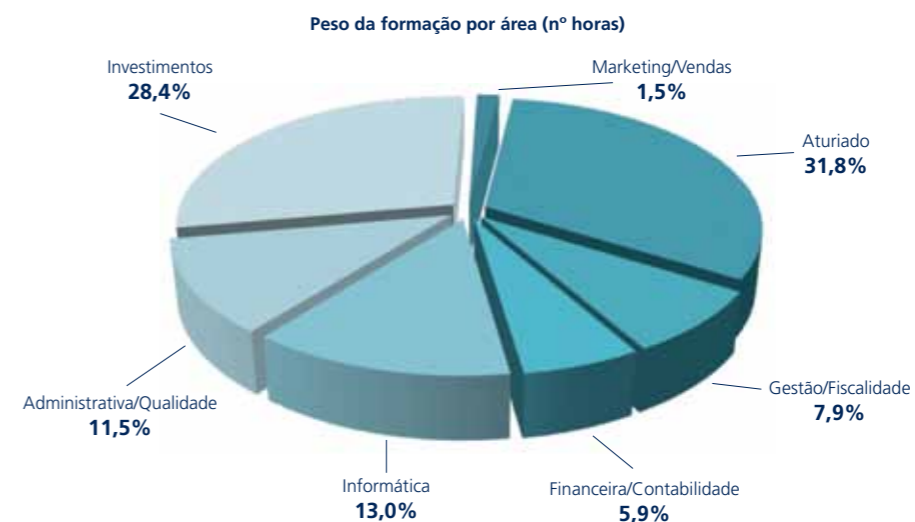
RECURSOS HUMANOS

A Futuro encerrou o ano de 2013 com um quadro de pessoal de 31 profissionais. A percentagem de colaboradores com licenciatura, pós-graduação ou mestrado situa-se em cerca de 70%. Em 2013 foi concluído mais um Mestrado em Ciências Atuariais, dispondo a Futuro atualmente de dois atuários Certificados.

Foi admitido na Futuro um estagiário recém-licenciado, no âmbito da colaboração com instituições de ensino superior, com o objetivo de auxiliar os jovens a ingressar no mercado laboral. Foi também admitido um profissional para a Direção Administrativa e Financeira e ocorreu, pela primeira vez, a reforma de um Colaborador.

A formação profissional dos Colaboradores foi planificada de forma a garantir uma adequada preparação e requalificação permanente. Foram ministradas 31 ações de formação que envolveram 35 participantes e um total de 575 horas de formação.

Em 2013, foi possível cumprir na íntegra o Plano de Formação e as ações de formação realizadas abrangeram as seguintes áreas (distribuição considerando o número de horas de formação): Marketing/Vendas: 1,5%, Atuariado: 31,8%, Gestão/Fiscalidade: 7,9%, Financeira/Contabilidade: 5,9%, Informática: 13%, Administrativa/Qualidade: 11,5% e Investimentos: 28,4%. A formação na área de Investimentos foi claramente reforçada com dois colaboradores a concluírem formação na Universidade Católica.



No âmbito do Sistema Integrado de Gestão, é analisada e avaliada a eficácia das ações de formação, bem como a utilidade e qualidade das empresas formadoras e o seu contributo para o cumprimento de objetivos e melhoria de competências.

INFRAESTRUTURAS

Em 2013 não se registaram investimentos específicos em hardware.

Prosseguiu o trabalho de adaptação, às necessidades da Futuro, do novo Software adquirido em 2012 para gestão de Participantes. Esta aquisição permite dotar a empresa de uma aplicação desenvolvida numa linguagem mais recente e com um maior grau de segurança no que se refere a estrutura e suporte técnico. O novo Software vem igualmente contribuir para uma melhoria da eficácia da área de tecnologias de informação, uma vez que liberta recursos para atuação noutras vertentes essenciais para o bom funcionamento da Empresa.

Foi também renovada a licença de utilização do Software ALM da Mercer - Mercer PST - a fim de proporcionar à Futuro a possibilidade de efetuar uma análise mais precisa sobre a adequação da alocação de ativos às responsabilidades de cada plano de pensões.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE

A Futuro, líder na obtenção da Certificação da Qualidade tornou-se uma empresa certificada em Outubro de 2001. A Certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) cobre todas as áreas de atuação: conceção, gestão, comercialização e prestação de serviços na área de Fundos de Pensões Abertos e Fechados e obedece aos requisitos da Norma Internacional NP EN ISO 9001: 2008. O Certificado foi atribuído pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, pelo que é igualmente reconhecido em qualquer país que faça parte da rede IQNET.

A Certificação tem evidenciado, ao longo destes 12 anos de existência, um serviço de Qualidade que concorre para a Satisfação dos Clientes dos seus Fundos de Pensões e que tem sido atestado em auditorias realizadas pela Entidade Certificadora, com a identificação de zero Não Conformidades desde o ano de 2009.

Em 2013, a Futuro tomou a decisão de considerar a regulamentação do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno (SGRCI) de uma forma integrada, criando a fusão entre os dois sistemas, tendo daí resultado o Sistema Integrado de Gestão (SIG).

SISTEMA DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Em conformidade com a Norma Regulamentar Nº 8/2009-R, de 4 de Junho – Gestão de Risco e Controlo Interno, a Futuro prosseguiu o seu trabalho de consolidação do sistema em todas as atividades da empresa.

A função de Auditoria Interna, no cumprimento da sua função-chave no sistema de controlo interno, assegurou a eficácia do sistema e seus controlos, através das auditorias realizadas, visando a melhoria contínua do sistema e a mitigação dos seus riscos.

A área de *Compliance* - desenvolvida pelo Gabinete de *Compliance* do Montepio - assegura o cumprimento das obrigações legais, Regulamentos, decisões administrativas e deveres a que a instituição se encontra sujeita. Neste âmbito, acompanhou ao longo do ano os diversos trabalhos desenvolvidos pela Futuro, emitindo as suas recomendações sempre que oportuno, no sentido de evitar a ocorrência de observações por parte das entidades de supervisão, designadamente a CMVM.

Para além da transição para o Sistema Integrado de Gestão (SIG) atrás referida, destaca-se também a obtenção da certificação com as Normas GIPS (conjunto de padrões e melhores práticas para a apresentação de performances sobre investimentos), que denota o esforço de otimização da empresa na vertente de Controlo Interno, já que os GIPS Standards são uma metodologia aceite universalmente por todas as empresas da indústria bem como pela generalidade dos clientes.

A Futuro adquiriu assim uma maior capacidade de competir no mercado e perante empresas multinacionais, uma vez que a adoção desta metodologia é sinónimo de fiabilidade, tendo subjacente a existência de um compromisso de utilização das melhores práticas, o cumprimento de princípios éticos e o rigor dos mecanismos de controlo interno existentes.

Realça-se também a finalização do Plano de Recuperação de Negócio e do Manual da Continuidade de Negócio, em colaboração com o Departamento de Risco Operacional do Grupo Montepio.

RISCOS ASSOCIADOS À ATIVIDADE DA ENTIDADE GESTORA

O ano de 2013 não revelou um agravamento dos riscos materiais da atividade da Empresa, por comparação com outros exercícios.

A evolução dos mercados financeiros – fator essencial para o apuramento dos resultados nos fundos geridos – mostrou-se favorável no cômputo geral do ano e não se registaram alterações de legislação com impacto significativo na atividade corrente da Sociedade.

Os requisitos de solvência mantiveram-se devidamente enquadrados nos requisitos legais, face ao volume de ativos em gestão e ao tipo de garantias prestadas nos Fundos.

A Futuro aplicou os seus excedentes de Tesouraria em Depósitos a Prazo, mantendo em nível reduzido o risco de liquidez e o risco de mercado.

RISCO DOS FUNDOS GERIDOS

Os procedimentos adotados relativos à gestão de risco permitem delimitar com rigor o nível de risco aceitável para cada Fundo, tendo em consideração a respetiva política de investimentos estabelecida.

Ao longo do ano, o Comité de Investimentos da Futuro teve a oportunidade de se ir pronunciando sobre as medidas sucessivamente implementadas em termos da estratégia delineada.

Além da intervenção deste Órgão, as carteiras de ativos são permanentemente monitorizadas, assegurando o cumprimento dos requisitos legais e contratuais.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado bruto do exercício (€3.605.151,82) foi influenciado pelas mais-valias realizadas com a permuta entre a participação da Futuro na Lusitânia Vida e a participação no capital da Montepio Seguros SGPS, S.A., cujos títulos representativos do mesmo foram avaliados a valores de mercado. Se não tivesse sido realizada esta operação na esfera do Grupo Montepio, o resultado bruto apurado seria de €511.547 e o resultado líquido correspondente €319.298.

O resultado líquido foi de €2.800.161,62, a que corresponde uma rentabilidade do capital próprio de 35,5%.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de €354.218,40, através de um dividendo, igual a 2012, de €0,69/ação e a afetação de €2.445.943,22 a Outras Reservas.

NOTA FINAL

O Conselho de Administração agradece o bom desempenho alcançado e a dedicação demonstrada pelos trabalhadores da Futuro, que foram determinantes para os resultados alcançados.

Cumpra também ao Conselho de Administração manifestar o seu apreço pelo esforço e colaboração de diversas entidades, na esfera privada e pública, que igualmente contribuíram, pela sua forma de atuação, para que a Futuro levasse a bom termo mais um ano de atividade:

- O Instituto de Seguros de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ambos como entidades supervisoras;

- O Montepio, na qualidade de acionista e de entidade comercializadora dos Fundos geridos pela Sociedade;
- A Montepio Gestão de Activos, enquanto responsável pela gestão direta dos ativos;
- A APFIPP - Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios e o Senhor Provedor dos Participantes e Beneficiários dos Fundos de Pensões, por constituírem organismos que atuam em defesa do mercado de Fundos de Pensões e que, em simultâneo, promovem boas práticas, contribuindo para o seu desenvolvimento e sofisticação.

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Dr. Álvaro Cordeiro Dâmaso

Administrador Executivo

Dr. José Luís Esparteiro da Silva Leitão

Administrador

Dr. José Carlos Sequeira Mateus

Administrador

Dr. José António Fonseca Gonçalves

Administrador

Dr. Fernando Jorge Lopes Centeno Amaro

Administrador

Dr. Luís Miguel Marques Ferreira Cardoso

Administrador

Dr. Mário José Brandão Ferreira

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	63,058	62,976
Propriedades de Investimento	31	356,206	364,332
Ativos Intangíveis	6	186,511	132,630
Participações financeiras - outros métodos	7	4,500,001	1,406,395
Outros ativos financeiros	7	3,207,378	1,013,859
Ativos por impostos diferidos	4	-	459,639
		8,313,154	3,439,831
Ativo corrente			
Clientes	8	1,447,569	2,815,294
Estado e outros entes públicos	9	-	147,973
Outras contas a receber	10	82,714	222,803
Diferimentos	11	260	106
Ativos financeiros detidos para negociação	12	349,467	316,081
Caixa e depósitos bancários	13	1,656,276	3,384,932
		3,536,286	6,887,189
Total do ativo		11,849,440	10,327,020
CAPITAL PRÓPRIO PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	14 e 15	2,566,800	2,566,800
Reservas Legais		513,360	513,360
Outras reservas		1,894,861	1,894,861
Resultados transitados		112,662	107,962
Resultado líquido do período		2,800,162	358,919
Total do capital próprio		7,887,845	5,441,901
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17	2,033,424	1,696,636
Provisões - Outras	17	36,500	36,500
Passivos por impostos diferidos		113,624	-
		2,183,548	1,733,136
Passivo Corrente			
Fornecedores	18	623,820	1,911,091
Estado e outros entes públicos	9	150,187	57,222
Outras contas a pagar	19	999,540	1,179,170
Diferimentos		4,500	4,500
		1,778,047	3,151,983
Total do passivo		3,961,595	4,885,119
Total do capital próprio e do passivo		11,849,440	10,327,020

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Serviços prestados	21	7,453,867	8,335,523
Fornecimentos e serviços externos	22	-2,843,623	-3,794,428
Gastos com pessoal	23	-1,846,089	-1,736,923
Provisões (aumentos/reduções)	17	-462,414	-538,576
Aumentos/Reduções de justo valor	12	33,386	-
Outros rendimentos e ganhos	24	3,304,926	164,629
Outros gastos e perdas	25	-2,300,460	-2,245,697
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3,339,593	184,529
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 31	-53,093	-65,089
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3,286,500	119,440
Juros e rendimentos similares obtidos	28	318,652	345,797
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		3,605,152	465,236
Imposto sobre rendimento do período	4	-804,990	-106,317
Resultado líquido do período		2,800,162	358,919
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado por ação básico		5.45	0.70

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2013	2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS - MÉTODO DIRETO		
Recebimentos de clientes	9,372,684	6,801,153
Pagamentos a fornecedores	-7,088,000	-4,465,145
Pagamentos ao pessoal	-704,414	-860,611
Caixa gerada pelas operações	1,580,270	1,475,396
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	36,065	-224,005
Outros recebimentos/pagamentos	-1,197,003	-1,351,260
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	419,332	-99,869
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-6,959	-3,070
Ativos intangíveis	-110,003	-33,677
Investimentos financeiros	-2,225,389	-
Outros ativos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	139,490	1,078,750
Outros ativos	55,814	67,500
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e rendimentos similares	219,808	16,805
Dividendos	133,467	122,345
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-1,793,770	1,248,652
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Amortização de contratos de locação financeira	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Dividendos	-354,218	-295,182
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-354,218	-295,182
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-1,728,656	853,601
Caixa e seus equivalentes no início do período	3,384,932	2,531,331
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1,656,276	3,384,932

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2012

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2012	1	2,566,800	-	-	-	513,360	1,894,861	104,924	-	-	-	298,220	5,378,164	-	5,378,164
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											358,919	358,919	-	358,919
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											358,919	358,919	-	358,919
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Transferências de resultado líquido		-	-	-	-	-	-	298,220	-	-	-	-298,220	-	-	-
Distribuições	5	-	-	-	-	-	-	-295,182	-	-	-	-	-295,182	-	-295,182
		-	-	-	-	-	-	3,038	-	-	-	-298,220	-295,182	-	-295,182
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2012	6=1+2+3+5	16	2,566,800	-	-	-	513,360	1,894,861	107,962	-	-	358,919	5,441,901	-	5,441,901

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO ANO DE 2013

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe											Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO DE 2013	1	2,566,800	-	-	-	513,360	1,894,861	107,962	-	-	-	358,919	5,441,901	-	5,441,901
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											2,800,162	2,800,162	-	2,800,162
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3											2,800,162	2,800,162	-	2,800,162
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Transferências de resultado líquido		-	-	-	-	-	-	358,919	-	-	-	-358,919	-	-	-
Distribuições	5	-	-	-	-	-	-	-354,218	-	-	-	-	-354,218	-	-354,218
		-	-	-	-	-	-	4,701	-	-	-	-358,919	-354,218	-	-354,218
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2013	6=1+2+3+5	16	2,566,800	-	-	-	513,360	1,894,861	112,662	-	-	2,800,162	7,887,845	-	7,887,845

Lisboa, 29 de janeiro de 2014

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede na rua Santa Justa nº 109- Lisboa, constituída por escritura de 14 de janeiro de 1988 e que tem por objeto social a instituição, administração, gestão e representação de Fundos de Pensões.

De acordo com o regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de Fundos de Pensões, a Futuro encontra-se sujeita à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal.

Em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade é responsável pela gestão dos seguintes Fundos:

Fundos Fechados:

- Fundo de Pensões Fundação Oriente
- Fundo de Pensões Montepio Geral
- Fundo de Pensões NAV - E.P. Complementos
- Fundo de Pensões NAV - E.P.E. SINCTA
- Fundo de Pensões NAV - E.P. SINCTA – Plano CD
- Fundo de Pensões GESTNAVE
- Fundo de Pensões BIG
- Fundo de Pensões Santa Casa Misericórdia de Lisboa
- Fundo de Pensões Pinto Basto Comercial e Empresas coligadas
- Fundo de Pensões WESHWARE
- Fundo de Pensões VISTA ALEGRE
- Fundo de Pensões METLIFE

Fundos Abertos:

- Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS
- Fundo de Pensões PPR PLATINIUM
- Fundo de Pensões PPR GARANTIA DE FUTURO
- Fundo de Pensões VIVA

- Fundo de Pensões FUTURO CLÁSSICO
- Fundo de Pensões PPA ACÇÃO FUTURO
- Fundo de Pensões PPR GERAÇÃO ACTIVA
- Fundo de Pensões FUTURO XXI
- Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO
- Fundo de Pensões FUTURO LIFE
- Fundo de Pensões PPR BIG ALPHA
- Fundo de Pensões PPR BIG TAXA PLUS

Durante o exercício de 2013 a Sociedade incorporou o Fundo de Pensões Finibanco no Fundo de Pensões Montepio Geral e iniciou a gestão do Fundo de Pensões Futuro Life, do Fundo de Pensões PPR BIG Alpha, do Fundo de Pensões PPR BIG Taxa Plus, do Fundo de Pensões METLIFE, e do Fundo de Pensões Vista Alegre.

NOTA 2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e incluem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e ainda as respetivas notas explicativas.

A moeda de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras é o Euro, sendo os valores evidenciados arredondados à unidade, sendo os dois exercícios comparáveis nos critérios adotados e na sua forma de apresentação.

As notas omitidas neste anexo não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras não sendo derogadas no presente exercício quaisquer disposições do SNC.

As políticas contabilísticas encontram-se consistentes com as utilizadas em exercícios anteriores, pelo que os valores do exercício de 2013 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores registados na coluna correspondente ao ano de 2012.

NOTA 3 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2014. O Conselho de Administração entende que estas virão a ser aprovadas sem alterações significativas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos ao justo valor através de resultados.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nesta nota nas Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Para além do reconhecimento das comissões, mencionado na Nota 3. i) abaixo, a Sociedade reconhece os demais rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos ou pagos e as correspondentes receitas e despesas são reconhecidas nas rubricas Outras Contas a receber e a Pagar e na rubrica Diferimentos de rendimentos e gastos.

b) Ativos fixos intangíveis

Os Ativos fixos intangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data de início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil esperada sendo as amortizações registadas por duodécimos.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra condição de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	1 - 8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos subjacentes, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, foram registadas como gastos do exercício no momento em que ocorrem.

A Sociedade procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos

os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Locações

A classificação das locações foi efetuada segundo os critérios definidos na NCRF 9 – Locações, em função da substância dos contratos efetuados.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como locações operacionais caso contrário.

As locações existentes foram classificadas como operacionais e as suas rendas reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Participações financeiras

As Participações financeiras encontram-se reconhecidas ao justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, dado tratar-se de participações inferiores a 20% dos direitos de voto e em que a Sociedade não exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira. Os rendimentos resultantes destes investimentos (dividendos), são reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são recebidos.

f) Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados.

g) Outros Ativos financeiros

Os Outros Ativos financeiros correspondem a obrigações mensuradas pelo método do custo amortizado deduzido de qualquer perda por imparidade.

O método do custo amortizado é a quantia pela qual o Ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efetivo, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade.

h) Pensões

A Sociedade assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, a Sociedade adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

A Sociedade realiza anualmente cálculos atuariais, com o objetivo de estimar as suas responsabilidades, reforçando as dotações ao Fundo de forma a garantir a cobertura mínima das responsabilidades por serviços passados apuradas.

As responsabilidades da Sociedade com o complemento de pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A Sociedade segue como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades por estes complementos os critérios consagrados na Norma Contabilística de Relato Financeiro n.º 28 - Benefícios dos empregados.

i) Rédito/Prestação de Serviços (Comissões)

Os serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra são remunerados sob a forma de comissões, reconhecidas na rubrica Prestações de serviços da demonstração de resultados. As principais comissões cobradas pela Sociedade são as que a seguir se descrevem:

i) Comissão de administração

A Comissão de administração corresponde à remuneração da Sociedade pela administração corrente dos Fundos Fechados, nomeadamente pelo processamento contabilístico, verificação e pagamento das pensões e outras funções relacionadas com serviços de gestão corrente.

Esta comissão é calculada por aplicação de uma taxa definida nos respetivos contratos de gestão que incide sobre o valor das contribuições efetuadas para os Fundos, sendo cobrada e reconhecida aquando da realização das referidas contribuições.

ii) Comissão de gestão

A Comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade pela gestão financeira e atuarial dos Fundos Fechados e Abertos.

Esta comissão é calculada periodicamente, por norma trimestralmente, por aplicação de uma taxa definida nos respetivos regulamentos e contratos de gestão que incide sobre o património líquido dos Fundos.

iii) Comissão de excesso de rendibilidade

A Comissão de excesso de rendibilidade corresponde à remuneração da performance financeira que a Sociedade obtém na gestão de Fundos Fechados, sendo calculada por aplicação de um coeficiente, definido nos respetivos contratos de gestão, ao excesso de rendibilidade apurado face à rendibilidade de referência (igualmente definida nos contratos de gestão). Esta comissão é apurada periodicamente, por norma trimestralmente, e incide sobre o valor patrimonial do Fundo Fechado.

iv) Comissões cobradas aos subscritores - Fundos Abertos

- Comissão de reembolso

Em 31 de dezembro de 2009 e até 18 de abril de 2010 a comissão de reembolso definida para os Fundos Abertos era na generalidade 2%. A partir dessa data a comissão de reembolso passou a ser 0%, com as exceções do Fundo de Pensões PPR GARANTIA DE FUTURO em que a comissão de reembolso é 0,5% e dos reembolsos antecipados dos Fundos Abertos em que a comissão ascende a 2%.

j) Comissões de comercialização

Correspondem às comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos.

Estas comissões encontram-se reconhecidas na rubrica Outros Gastos e perdas (Nota 25).

l) Descontos e Abatimentos em prestação de serviços

Corresponde a uma oferta de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos a clientes que cumpram cumulativamente certas condições previstas no contrato de subscrição e que estão relacionadas nomeadamente com o tempo de permanência no Fundo.

A Sociedade regista o valor das ofertas de unidades de participação na rubrica Prestações de serviços – Descontos e abatimentos.

m) Garantia a clientes

A Sociedade garante o valor do capital investido às subscrições efetuadas a partir de 9-6-2003, pelos participantes do Fundo de Pensões PPR GARANTIA DE FUTURO.

n) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifica uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

o) Fundos de pensões sob gestão

A atividade da Sociedade, no que se refere à gestão contratada de Fundos de Pensões, encontra-se divulgada na nota 29. Os Ativos dos Fundos são valorizados em conformidade com as regras definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal na Norma regulamentar n.º 26/2002-R de 31 de dezembro e Norma regulamentar n.º 9/2007-R de 28 de junho.

p) Imposto sobre lucros

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) é calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, sendo reconhecidas contabilisticamente as situações de diferimento de impostos, de acordo com a Norma contabilística de relato financeiro nº 25. O imposto diferido apurado é reconhecido por contrapartida da rubrica Imposto sobre o rendimento, em resultados, a crédito, sendo um Ativo, e a débito, no caso de um passivo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

q) Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento são reconhecidas ao custo, ou seja, preço de compra e qualquer dispêndio diretamente atribuível, deduzidas de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

r) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

s) Caixa e depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

t) Demonstração de fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica de Meios Financeiros Líquidos corresponde ao somatório dos saldos de caixa e disponibilidades em bancos.

A Sociedade classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 3 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Sociedade, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Sociedade, durante um período de quatro a cinco anos, (quatro anos para prejuízos apurados nos exercícios de 2010 e 2011 e cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria

coletável resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Sociedade, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo Conselho de Administração da Sociedade situações que coloquem em causa a continuidade da mesma.

NOTA 4 - IMPOSTOS

A Sociedade encontra-se sujeita ao Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e correspondente derrama. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis, pelo que as declarações dos anos de 2010 a 2013 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

Contudo, o Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Em 2013, o imposto diferido Ativo de €47.658 é relativo ao reforço de uma provisão de garantias a clientes no montante de €487.414, deduzida da utilização de provisão no montante de €125.626, deduzido da reversão de provisão de €25.000.

O Imposto diferido Passivo no valor de €620.921, resulta de mais-valia fiscal da alienação da participação da Lusitania Vida no montante de €2.500.986 e pela mais-valia potencial dos instrumentos financeiros no valor de €33.386.

O imposto diferido Ativo e o imposto diferido Passivo foram determinados considerando a taxa de IRC de 23%, acrescido da Derrama (taxa municipal) de 1,5% sobre o lucro tributável.

O imposto sobre o rendimento do exercício de 2013 decompõe-se como segue:

Imposto corrente	231.727
Imposto diferido ativo	(47.658)
Imposto diferido Passivo	<u>620.921</u>
	804.990

Decomposição dos Ativos e Passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data do Balanço

Descrição	Total		Operações na D.R.	
	2013	2012	2013	2012
Diferenças temporárias que originaram				
Activos por impostos diferidos				
Provisões não aceites fiscalmente	2,069,924	1,733,136	2,069,924	1,733,136
Outras	676	1,352	676	1,352
Total I	2,070,600	1,734,488	2,070,600	1,734,488
Diferenças temporárias que originaram				
Passivos por impostos diferidos				
Diferimento de tributação das mais valias	2,534,372	0	2,534,372	0
Beneficiou de reforma, quando não há fundo externo				
Efeito da transposição de demonstrações financeiras				
Total II	2,534,372	0	2,534,372	0
Valores refletidos no balanço				
Ativos por impostos diferidos (Total I x taxa(i))	507,297	459,639	507,297	459,639
Passivos por impostos diferidos (Total II x taxa(s))	620,921	0	620,921	0
Total III	(113,624)	459,639	(113,624)	459,639

(i) No ano de 2013 aplica-se a taxa de IRC de 23% + Derrama de 1,5% (2012: 25%+1,5%)

Relacionamento entre gastos (Rendimentos) de impostos e o resultado contabilístico e outras variações patrimoniais (evidenciando a taxa efetiva média)

		Total	
		2013	2012
1	Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	3,605,152	465,236
2	Taxa(s) de imposto (i)	26.5%	26.5%
3	Imposto corrente	231,727	101,461
4	Lucro tributável	835,736	337,751
5	Imposto sobre o rendimento	221,470	89,504
6	Tributações autónomas	10,257	11,957
7	Impostos total	7 = 5 + 6	101,461
8	Taxa média	8 = 7 / 4	30.0%
9	Taxa efetiva	9 = 7 / 1	21.8%

(i) No ano de 2013 e 2012 aplica-se a taxa de IRC de 25% + Derrama de 1,5%

A reconciliação da taxa de imposto apresenta-se como segue:

Designação	2013	2012
RAI	3,605,152	465,236
Taxa de imposto	26.5%	26.5%
Imposto no exercício	955,365	123,288
Real. Utilidade social não dedutíveis	28,732	-
Mais valias de ações	(207,064)	-
Outros	27,957	(16,971)
Total	804,990	106,317

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

2013					
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo inicial	122,470	2,000	267,843	44,478	436,791
Aquisições	-	-	7,329	-	7,329
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo final	122,470	2,000	275,172	44,478	444,120
Depreciações e perdas por imp. acumuladas:					
Saldo inicial	110,956	1,917	260,943	-	373,816
Amortizações do exercício	3,211	83	3,952	-	7,246
Transferências	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Saldo final	114,167	2,000	264,895	-	381,062
Ativo líquido	8,303	-	10,277	44,478	63,058

2012					
	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo inicial	122,470	2,000	650,774	44,478	819,721
Aquisições	-	-	31,503	-	31,503
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	(414,433)	-	(414,433)
Saldo final	122,470	2,000	267,844	44,478	436,792
Depreciações e perdas por imp. acumuladas:					
Saldo inicial	107,203	1,417	569,762	-	678,382
Amortizações do exercício	3,753	500	46,132	-	50,385
Transferências	-	-	(354,951)	-	(354,951)
Alienações	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
Saldo final	110,956	1,917	260,943	-	373,816
Ativo líquido	11,514	83	6,901	44,478	62,976

As adições verificadas nos Ativos Fixos Tangíveis em 2013 correspondem a aquisições de mobiliário de escritório.

NOTA 6 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2013			Total
	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	
Ativo bruto:				
Saldo inicial	7,652	416,869	77,244	501,765
Aquisições	-	32,759	58,843	91,602
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	7,652	449,628	136,087	593,367
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	7,652	361,483	-	369,135
Amortizações do exercício	-	37,721	-	37,721
Transferências	-	-	-	-
Saldo final	7,652	399,204	-	406,856
Ativo líquido	-	50,424	136,087	186,511

	2012			Total
	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos fixos intangíveis em curso	
Ativo bruto:				
Saldo inicial	7,652	-	-	7,652
Aquisições	-	2,435	77,244	79,679
Transferências	-	414,433	-	414,433
Saldo final	7,652	416,869	77,244	501,764
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	7,605	-	-	7,605
Amortizações do exercício	47	6,533	-	6,580
Transferências	-	354,950	-	354,950
Saldo final	7,652	361,483	-	369,135
Ativo líquido	-	55,386	77,244	132,630

As adições verificadas nos Ativos Fixos Intangíveis em 2013 correspondem a aquisições de software informático.

Os Outros Ativos Intangíveis incluem uma aplicação informática no valor de €69.496, que se encontra instalada no servidor do Montepio Geral, dado que tem como objetivo suportar a

atividade desenvolvida nos balcões, relativa à subscrição e resgate de unidades de participação dos Fundos Abertos.

A rubrica Ativos Fixos Intangíveis em Curso corresponde a uma aplicação informática que se encontra em desenvolvimento pela empresa I2S Informática, S.A., que tem como objetivo a gestão de participantes nas unidades de participação dos Fundos Abertos e respetivos interfaces com a rede de balcões do Montepio.

NOTA 7 - INVESTIMENTOS FINANCEIROS

No ano 2012 a Futuro detinha uma participação de 5,56% da Lusitânia vida, no montante de €1.406.395.

No final do exercício de 2013, o Grupo Montepio procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos setores dos Seguros e Fundos de Pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos. Esta Sociedade controlada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, adquiriu posteriormente à Futuro, S.A. 5.56% da Lusitânia Vida – Companhia de Seguros, S.A., no montante de €4 500 000.

Decorrente da alienação efetuada a Futuro reconheceu uma mais-valia no montante de €3 093 605.

À data de 31 de dezembro de 2013, a Futuro passou a deter uma participação de 3,27% do Capital da Montepio Seguros SGPS, S.A., no montante de €4.500.001, encontrando-se a mesma mensurada pelo método do justo valor.

Outros Ativos Financeiros:

	2013	2012
Não correntes:		
Obrigações:		
- OT 4,2% - 15/10/2016	2,202,945	-
- BES 5.625% - 05/06/2014	503,068	510,081
- CGD 3,625% - 21/07/2014	501,365	503,777
	3,207,378	1,013,859

NOTA 8 - CLIENTES CONTA CORRENTE - CURTO PRAZO

Esta rubrica traduz o montante a receber dos Fundos de Pensões referente, essencialmente, a comissões de gestão relativas ao último trimestre dos exercícios de 2013 e 2012 (ver Nota 3 i)iii)), que os Fundos só reembolsam à Sociedade no início do exercício subsequente.

	2013	2012
Fundos de Pensões Fechados	1,061,724	2,425,938
Fundos de Pensões Abertos	385,845	389,356
	1,447,569	2,815,294

NOTA 9 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos com estas entidades apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Saldos credores:		
IRC a pagar	76,245	-
Taxa para o ISP	24,464	15,206
Contribuições para a Segurança Social	25,108	22,698
IRS - retenção na fonte	24,370	19,318
	150,187	57,222
Saldos devedores:		
IRC a recuperar	-	147,973
	-	147,973

O movimento ocorrido na rubrica de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a (pagar) / receber durante o exercício de 2013, foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2012	147,973
Insuficiência de estimativa para imposto	(49,497)
Recebimentos do exercício:	
relativo ao exercício anterior	(98,476)
Pagamentos efectuados no exercício:	
pagamentos por conta do exercício	62,411
retenções na fonte	93,071
Dotação para imposto corrente sobre lucros	(231,727)
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(76,245)

A taxa para o ISP refere-se à taxa cobrada por esta entidade aos Fundos de Pensões, aplicada sobre o valor das contribuições recebidas pelos Fundos durante o exercício. Em 2013 e em 2012, a taxa em vigor foi 0,48%.

Esta taxa é integralmente assumida pelos Fundos de Pensões, funcionando a Sociedade como agente pagador, fazendo a retenção da taxa ao Fundo no momento do recebimento das contribuições. A Sociedade regista o valor retido numa conta a pagar ao ISP que liquida semestralmente.

NOTA 10 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outras Contas a Receber tem a seguinte composição:

	2013	2012
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a Receber	57,824	200,068
Credores por acréscimos de gastos		
- Benefícios pós-emprego	14,405	16,790
Outros devedores e credores		
- Outros	10,485	5,945
	82,714	222,803

Os juros a receber correspondem à especialização de juros de depósitos a prazo e de obrigações.

NOTA 11 - DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Canon	154	-
Vida Económica	106	106
	260	106

NOTA 12 – ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013		2012	
	Quantidade	Valor contabilístico	Quantidade	Valor contabilístico
Fundos de investimento:				
VIP	36,770	346,234	36,770	313,940
Novimovest	467	3,233	467	2,141
		349,467		316,081

Os instrumentos financeiros estão mensurados ao justo valor, cujas alterações são reconhecidas na demonstração dos resultados.

NOTA 13 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Aplicações de tesouraria	1,000,000	3,350,000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	655,776	34,432
Numerário	500	500
Caixa e depósitos bancários	1,656,276	3,384,932

A taxa de Juro dos depósitos a prazo existentes em 31 de dezembro de 2013 variava entre 3,20% e 6% (2012: variava entre 3,90% e 6%).

Os depósitos à ordem são remunerados a uma taxa de juro que, em 31 de dezembro de 2013, era de 0,377% (2012: 0,213%).

NOTA 14 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O montante mínimo de capital é definido pelo Instituto de Seguros de Portugal, em função da margem de solvência que tem por base o volume de Ativos em gestão.

NOTA 15 – PESSOAS COLETIVAS COM PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO

A estrutura acionista da Sociedade em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	Número de ações	Capital	%
Montepio Seguros SGPS, S.A.	394,128	1,970,640	76.78%
Fundação Oriente	53,100	265,500	10.34%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	26,190	130,950	5.10%
NAV PORTUGAL, E.P.E.	19,974	99,870	3.89%
Ana - Aeroportos de Portugal, SA	19,968	99,840	3.89%
	513,360	2,566,800	100.00%

No final do exercício de 2013, o Grupo Montepio procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos setores dos Seguros e Fundos de Pensões.

Na sequência desta reorganização, os anteriores acionistas da Futuro, nomeadamente o Montepio Geral Associação Mutualista, a Caixa Económica Montepio Geral e a Lusitania - Companhia de Seguros S.A. alienaram a sua participação na Futuro à Montepio Seguros SGPS, S.A., que passou a ser o acionista maioritário.

NOTA 16 – VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do Resultado líquido anual seja destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada em futuros aumentos de capital ou para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

As Reservas de estabilização de dividendos são Reservas livres, constituídas com o objetivo de permitir uma política de distribuição de dividendos equilibrada, ao longo dos exercícios, evitando assim oscilações significativas inerentes aos resultados efetivos obtidos.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 27 de março de 2013, a aplicação dos resultados referentes ao exercício de 2012 no montante de €358.918,87 foi a seguinte:

Distribuição de dividendos	€354.218,40
Resultados Transitados	€4.700,47
	€358.918,87

NOTA 17 – MOVIMENTOS DE PROVISÕES

2013						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Ajustamentos	Utilizações	Saldo final
Garantias a clientes	1,696,636	487,414	25,000	-	125,626	2,033,424
Outras provisões	36,500	-	-	-	-	36,500
	1,733,136	487,414	25,000	-	125,626	2,069,924

2012						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Ajustamentos	Utilizações	Saldo final
Garantias a clientes	1,750,788	502,076	-	-	(556,227)	1,696,636
Outras provisões	-	36,500	-	-	-	36,500
	1,750,788	538,576	-	-	(556,227)	1,733,136

Em 2013, foi feito um reforço da provisão para garantia a clientes para fazer face às responsabilidades existentes conforme nota 3 m) no montante de €487.414, deduzida da utilização de provisão no montante de €125.626 e da reversão de provisões no valor de €25.000.

No final de 2013 o valor da provisão para garantia a clientes situava-se em €2.033.424.

NOTA 18 – FORNECEDORES CONTA CORRENTE

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
Montepio Gestão de Activos, SA	467,923	1,742,170
I2S Informática, S.A.	58,843	77,244
Carat Portugal, Lda.	27,455	25,257
CTT Correios de Portugal	22,635	18,383
Mercer, Lda.	15,375	15,375
Longo Prazo, Lda.	6,241	6,241
KPMG - Auditores, S.A.	5,166	-
Bloomberg L.P.	4,377	4,538
EXCELENTE, Lda	2,583	-
Canon Portugal, S.A.	2,132	-
MAILTEC TI, S.A.	1,521	-
J. Walter Thompson, Lda	1,515	2,257
SNSI, S.A.	1,469	-
MULTIPUBLICAÇÕES, Lda.	1,230	-
Polimeios, Lda.	-	5,486
Desafio Global, Lda	-	3,179
Tema Central, Lda	234	2,915
Outros	5,121	8,045
	623,820	1,911,091

O Montepio Gestão de Activos SGFI, S.A., traduz essencialmente os montantes a pagar referentes às prestações de serviços de gestão de carteiras contratada a essa Sociedade.

NOTA 19 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outras Contas a Pagar tem a seguinte composição:

	2013	2012
Credores por acréscimos de gastos		
- Férias e Subsídio de Férias	193,599	186,782
- Gratificações excepcionais a colaboradores	96,800	186,782
Outros devedores e credores		
- Caixa Económica Montepio Geral	561,111	604,076
- Fundo de Pensões VIVA	72,614	72,007
- Fundo PPR 5 ESTRELAS	46,195	45,981
- METLIFE	20,616	-
- KPMG	5,166	5,166
- Fundo PPR GARANTIA DE FUTURO	2,500	40,602
- J. Walter Thompson	-	9,225
-Canon Portugal	-	3,373
-Outros	939	25,177
	999,540	1,179,170

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo da conta a pagar à Caixa Económica Montepio Geral diz respeito às comissões de comercialização a pagar pelas subscrições de unidades de participação em Fundos Abertos realizadas aos balcões daquela instituição (Nota 25).

O saldo a favor do Fundo de Pensões VIVA é maioritariamente referente à reposição de comissões de gestão a clientes institucionais.

O saldo a favor do Fundo de Pensões PPR 5 Estrelas corresponde principalmente à especialização do exercício de ofertas a clientes referentes ao ano 2013.

NOTA 20 - DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Sociedade não apresentava valores a receber dos seus colaboradores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não existiam dívidas aos seus colaboradores.

NOTA 21 - SERVIÇOS PRESTADOS

Esta rubrica traduz essencialmente as comissões cobradas pela Sociedade aos Fundos de Pensões, de acordo com as condições definidas nos respetivos contratos de gestão.

	2013	2012
Fundos fechados:		
Comissão de gestão - Parte Fixa	2,691,300	2,541,463
Comissão de administração	76,474	84,404
Comissão de gestão - Parte Variável	932,349	2,084,407
	3,700,123	4,710,275
Fundos abertos:		
Comissão de gestão	3,676,004	3,487,926
Comissão de reembolso	77,740	137,322
	3,753,744	3,625,248
	7,453,867	8,335,523

No exercício de 2013 as transações com entidades relacionadas incluídas nos valores acima ascendem a €3.562.273, dos quais €2.596.189 se referem à Caixa Económica Montepio Geral (2012: €4.145.015 e €2.581.410, respetivamente) (Nota 33).

NOTA 22 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Trabalhos especializados	2,264,512	3,266,072
Comunicação	107,184	105,355
Publicidade em jornais e revistas	17,675	103,933
Rendas e alugueres	88,578	92,690
Outra publicidade	242,057	81,594
Honorários	24,753	29,382
Artigos para oferta	26,298	23,202
Serviços Bancários	12,613	22,551
Deslocações, estadas e transportes	13,721	11,812
Energia e fluidos	7,449	10,925
Despesas de representação	6,171	7,821
Seguros	6,653	7,656
Conservação e reparação	5,698	6,782
Contencioso e notariado	2,276	-
Limpeza, higiene e conforto	1,799	4,655
Outros	16,186	19,998
	2,843,623	3,794,428

Os gastos com trabalhos especializados traduzem, essencialmente, as prestações de serviços de gestão parcial das carteiras dos Fundos de Pensões realizada pela Montepio Gestão Ativos - SGFI, SA.

As rendas e alugueres referem-se a rendas de imóveis no valor de €66.615 (2012: €67.364) e contratos de aluguer operacional de veículos efetuados em regime de gestão de frotas no valor de €21.964 (2012: €25.326).

NOTA 23 – GASTOS COM PESSOAL

Durante o exercício de 2013, a Sociedade teve ao seu serviço um número médio de 31 colaboradores (2012: 31).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	2013	2012
Remunerações	1,162,150	1,194,471
Encargos sobre remunerações	244,616	262,276
Gratificação excepcional	78,222	155,950
Seguros	91,546	80,620
Benefícios pós-emprego (Nota 27)	251,213	9,160
Outros	18,342	34,446
	1,846,089	1,736,923

NOTA 24 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica Outros Rendimentos e Ganhos tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros	3,093,605	-
Correcções relativas a períodos anteriores	149,354	101,554
Rendas	55,814	63,000
Rendimentos suplementares	6,050	-
Diferenças de câmbio favoráveis	81	75
Outros	22	-
	3,304,926	164,629

Os Rendimentos e ganhos em ativos financeiros traduzem a mais-valia obtida com a alienação da participação de 5,56%, detida pela Sociedade na Lusitânia Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Nota 7).

A correção relativa a períodos anteriores refere-se à anulação do excesso da gratificação excepcional reconhecido no ano de 2012.

A rubrica Rendas refere-se a rendas recebidas do imóvel sito na rua general Firmino Miguel, nº 5 - 9º B (Nota 31).

Nos Rendimentos suplementares está refletido o rendimento relativo à cedência pela nossa Sociedade de um colaborador à Caixa económica Montepio Geral.

NOTA 25 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios de 2013 e 2012, a rubrica Outros Gastos e Perdas tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Comissões de comercialização	2,196,265	2,147,919
Insuficiência para estimativa para impostos	49,497	43,262
Correcções relativas a períodos anteriores	16,291	-
Impostos	15,450	22,483
Donativos	10,500	16,000
Quotizações	8,200	8,100
Outros	4,257	7,933
	2,300,460	2,245,697

A rubrica comissões de comercialização corresponde às comissões incorridas pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos através da Caixa Económica Montepio Geral.

NOTA 26 - REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA

Durante os exercícios de 2013 e 2012 o administrador executivo auferiu os montantes de €251.977 e €257.893, respetivamente. Os restantes administradores não são remunerados. A Sociedade não assumiu quaisquer responsabilidades com pensões de reforma dos anteriores membros dos órgãos sociais. Não existem responsabilidades com os atuais membros, com exceção das assumidas em 2003 com o atual Administrador Executivo e que se encontram incluídas nas responsabilidades referidas na Nota 27.

NOTA 27 – COMPROMISSOS FINANCEIROS E COM PENSÕES

Compromissos com pensões

Conforme referido na nota 3 h), a Sociedade assumiu o compromisso de conceder aos seus colaboradores um complemento de pensões de reforma por velhice.

Os estudos atuariais desenvolvidos pela Sociedade, com referência a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades assumidas tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2013	2012
Método de valorização atuarial	Projected unit method	Projected unit method
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	N.A.	N.A.
Taxa de desconto	3,5%	4,0%
Taxa de crescimento dos salários	3,0%	3,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,5%	1,5%
Taxa de rendimento (Ativos)	3,5%	4,0%
Taxa de rendimento (Pensionistas)	3,5%	4,0%

N.A – Não aplicável

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor atual das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma por velhice, o valor dos Ativos do Fundo e o nível de cobertura existente analisam-se como segue:

	2013	2012
Valor actual das responsabilidades por serviços passados:		
Colaboradores no ativo e pré-reformados	1,901,363	1,650,304
Colaboradores reformados	90,308	-
	1,991,671	1,650,304
Valor das unidades de participação no Fundo de Pensões VIVA afeto à cobertura das responsabilidades da Sociedade:	2,006,076	1,667,094
Excesso/(insuficiência) de cobertura	14,405	16,790
Percentagem de cobertura	100.7%	101.0%

Em 2013 e 2012 os gastos com pensões reconhecidos em resultados têm a seguinte composição:

	2013	2012
Custo com os serviços correntes	98,192	91,563
Custo financeiro	66,012	65,863
Rendimento dos activos do plano	(66,684)	(65,992)
Ganhos/Perdas actuariais	153,693	(82,273)
	251,213	9,160

Em 2013 as contribuições para o Fundo ascenderam a €248.828 (2012: €23.071).

NOTA 28 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Nos exercícios de 2013 e 2012, os Juros e Rendimentos Similares Obtidos têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros obtidos:		
Outras aplicações em meios financeiros líquidos	183,574	222,668
Depósitos em instituições de crédito	1,611	784
Dividendos obtidos:		
Outras entidades	133,467	122,345
	318,652	345,797

NOTA 29 – FUNDOS DE PENSÕES SOB GESTÃO DA SOCIEDADE

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os Fundos de Pensões sob gestão da Sociedade são analisados como segue:

	2013	2012
Fundos Fechados:	881,680,953	863,934,267
Fundos Abertos:		
Fundo de Pensões PPR 5 ESTRELAS	138,677,172	141,502,966
Fundo de Pensões PPR GARANTIA DE FUTURO	71,505,688	68,864,353
Fundo de Pensões VIVA	38,561,731	35,746,083
Fundo de Pensões PPR PLATINUM	10,771,339	10,650,043
Fundo de Pensões FUTURO CLÁSSICO	5,526,299	5,124,678
Fundo de Pensões PPR BIG TAXA PLUS	4,899,903	-
Fundo de Pensões PPR GERAÇÃO ACTIVA	3,784,741	3,297,538
Fundo de Pensões FUTURO LIFE	3,441,699	-
Fundo de Pensões PPA ACÇÃO FUTURO	3,239,952	4,129,042
Fundo de Pensões PPR BIG ALPHA	2,289,202	-
Fundo de Pensões FUTURO ACTIVO	1,162,163	1,119,844
Fundo de Pensões FUTURO XXI	701,666	610,220
Sub-total	284,561,555	271,044,766
Total	1,166,242,508	1,134,979,033

NOTA 30 - INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 1 do art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informamos não ser a Sociedade devedora de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social.

O total de honorários faturados durante o exercício de 2013 pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais foi de 8.400 euros (8.400 euros em 2012).

NOTA 31 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os movimentos ocorridos em 2012 e de 2013 relativamente às propriedades de investimento são analisadas como segue:

	2013				
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Adiantamentos	Total
Ativo bruto:					
Transferências:					
De outras classes de ativos - custo	541,727	-	-	-	541,727
Saldo final	541,727	-	-	-	541,727
Depreciações e perdas por imparidade:					
Saldo inicial	177,395	-	-	-	177,395
Amortizações do exercício	8,126	-	-	-	8,126
Perdas por imparidade do exercício					
Saldo final	185,521	-	-	-	185,521
Valor líquido	356,206	-	-	-	356,206
	2012				
	Arrendadas	Para venda	Em desenvolvimento	Adiantamentos	Total
Ativo bruto:					
Transferências:					
De outras classes de ativos - custo	541,727	-	-	-	541,727
Saldo final	541,727	-	-	-	541,727
Depreciações e perdas por imparidade:					
Saldo inicial	169,270	-	-	-	169,270
Amortizações do exercício	8,125	-	-	-	8,125
Perdas por imparidade do exercício:					
Saldo final	177,395	-	-	-	177,395
Valor líquido	364,332	-	-	-	364,332

O Imóvel, que é propriedade da Futuro, situado na rua General Firmino Miguel, nº 5, 9º B, em Lisboa, (antiga sede social da empresa) foi contabilisticamente transferido dos Ativos Fixos Tangíveis, para Propriedades de Investimento, atendendo a que o imóvel foi arrendado ao Grupo Montepio. O justo valor das propriedades de investimento foi determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada e foi fixado em €711.000.

NOTA 32 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Após a data de balanço e até à data de aprovação das demonstrações financeiras não se verificaram acontecimentos com impacto nas demonstrações financeiras.

NOTA 33 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são analisadas como segue:

Entidades	2013			
	Ativos	Passivos	Gastos	Rendimentos
Caixa Económica Montepio Geral	1,673,640	565,611	2,196,265	110,309
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	-	53,040	-
Montepio Gestão de Activos	-	467,923	2,023,696	-
Lusitania Companhia de Seguros	-	-	86,924	-
Lusitania Vida Companhia de Seguros	-	-	11,275	133,467
Montepio Seguros SGPS, S.A.	4,500,001	1	-	3,093,605
Fundação Oriente	1,044	-	-	-
Fundos de Pensões	1,009,685	-	-	3,562,273
	7,184,370	1,033,535	4,371,200	6,899,654

Entidades	2012			
	Ativos	Passivos	Gastos	Rendimentos
Caixa Económica Montepio Geral	3,560,302	608,576	2,147,919	218,473
Montepio Geral - Associação Mutualista	-	-	53,040	-
Montepio Gestão de Activos	-	1,742,170	3,022,765	-
Lusitania Companhia de Seguros	-	-	94,364	-
Lusitania Vida Companhia de Seguros	1,406,395	-	9,653	122,345
Fundação Oriente	1,044	-	-	-
Fundos de Pensões	2,011,345	-	-	4,145,015
	6,979,086	2,350,746	5,327,741	4,485,833

Na rubrica Caixa Económica Montepio Geral, o passivo e gastos suportados referem-se principalmente a comissões devidas à Caixa Económica Montepio Geral pela comercialização de unidades de participação de Fundos de Pensões Abertos no montante de €565.611 (2012: € 608.576) e €2.196.265 (2012: €2.147.919) respetivamente.

A Rubrica Montepio Gestão de Activos refere-se principalmente a gastos suportados pela prestação de serviços de gestão de carteiras no montante de €2.023.696 (2012: €3.058.098) e o passivo corresponde ao montante por pagar a esta entidade €467.923 (2012: €1.742.170).

Na rubrica Lusitania Vida Companhia de Seguros, os rendimentos resultam de dividendos recebidos dessa Sociedade no valor de €133.467 (2012: €122.345).

Na rubrica Montepio Seguros SGPS, S.A., os rendimentos resultam de uma mais-valia no montante de €3.093.605, referente à alienação de uma participação financeira detida pela Sociedade (Nota 7).

O Ativo da rubrica Montepio Seguros SGPS, S.A. no montante de €4.500.001, corresponde a uma participação de 3,27% do capital dessa Sociedade detida pela Futuro, S.A. (Nota 7).

Na rubrica Fundos de Pensões, os rendimentos referem-se a serviços prestados pela Sociedade aos Fundos de Pensões que administra e são remunerados sob a forma de comissões; o valor dos ativos traduz-se nos saldos por receber pela Sociedade.

4. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da

Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentado pelo Conselho de Administração da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas e sem ênfases**, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a. As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b. As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c. O Relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 14 de Março de 2014

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 11.849.441 euros, e um total de capital próprio de 7.887.844 euros, incluindo um resultado líquido de 2.800.162 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

– a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

– a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 14 de Março de 2014

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

6.
POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO
DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Declaração sobre Política de Remuneração

A Política de Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A, nos termos do disposto na Lei nº28/2009, de 19 de Junho, obedece aos seguintes princípios:

- 1 As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma comissão de vencimentos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
- 2 O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
- 3 A remuneração dos membros dos órgãos de administração obedece aos seguintes princípios, de acordo com a lei:
 - a) Compete à comissão de remunerações deliberar sobre quais os administradores que terão direito à retribuição:
 - b) A remuneração dos Administradores será composta por uma componente fixa determinada em termos anuais e uma parte variável;
 - c) A componente fixa será paga mensalmente e em dobro nos meses de Junho (subsídio de férias) e Novembro (subsídio de Natal);
 - d) A componente variável nunca será superior a 20% da remuneração fixa anual, a qual será proposta pelo Conselho de Administração, tendo em conta os interesses a longo prazo da Instituição e de acordo com o desempenho, baseada na criação de valor para os accionistas, eficiência ao nível dos resultados obtidos e de sustentabilidade no crescimento do negócio;
 - e) Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em sociedades participadas pela Futuro, quer pagas por estas, quer pagas pela Futuro:
- 4 A remuneração do Fiscal Único é estabelecida anualmente, sendo paga em parcelas trimestrais, nas condições do contrato de prestação de serviços, previsto legalmente, para o respectivo mandato, a qual poderá ser actualizada anualmente através de acordo escrito.
- 5 Não existem colaboradores que cumulativamente tenham acesso regular a informação privilegiada, participem nas deliberações sobre gestão e estratégia negocial da **Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A** e desenvolvam uma actividade profissional com impacto material no perfil de risco da Instituição.
- 6 Não existem, a favor dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, sistemas de participação nos lucros, de atribuição de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.



Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Av. de Berna, 10, 2º - 1050-040 LISBOA

Tel. +351 210 416 005 • Fax. +351 210 416 001

geral@futuro-sa.pt

www.futuro-sa.pt